



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E SEU FUNCIONAMENTO
NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA
ESCOLA DE RIO BRANCO - ACRE**

NAÍDE CAETANO DE SOUZA

ORIENTADOR (A): PROFª MSc. CLEIA ALVES NOGUEIRA

RIO BRANCO/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

NAÍDE CAETANO DE SOUZA

**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E SEU
FUNCIONAMENTO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA DE RIO BRANCO-ACRE**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Profa. MSc. Cleia Alves Nogueira

RIO BRANCO/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

NAÍDE CAETANO DE SOUZA

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL E SEU FUNCIONAMENTO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA DE RIO BRANCO-ACRE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

CLEIA ALVES NOGUEIRA (Orientador)

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Examinador)

NAÍDE CAETANO DE SOUZA (Cursista)

RIO BRANCO/2015

DEDICATÓRIA

As minhas filhas, Esther e Giovanna, que são minhas fontes de inspiração para
qualquer atividade desenvolvida por mim.

Aos meus pais, Raimundo e Hilda, que sempre se fizeram presente prestando os
mais diversos apoios para que os meus objetivos sejam alcançados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido essa oportunidade.

Agradeço aos meus amigos, que sempre me incentivaram.

Agradeço aos meus pais, por me estender a mão sempre que preciso.

Agradeço aos meus professores, Cleia Alves Nogueira e José Ferreira da Silva pelo apoio, pela paciência e por nos fornecer grandes aprendizados que os levaremos por toda a vida.

Agradeço aos professores, que participaram desta pesquisa.

Agradeço a Coordenadora, Ana Lúcia, por ser gentil e me atender sempre que precisei.

RESUMO

O atendimento Educacional Especializado ofertado através da Sala de Recurso Multifuncional tem levantado muitos questionamentos pelos professores da sala de aula regular em relação a seu funcionamento. Diante deste contexto, o objeto desta pesquisa foi analisar o Atendimento Educacional Especializado ofertado na Sala de Recursos Multifuncional de uma escola de Rio Branco de acordo com as leis vigentes no Brasil acerca da Inclusão Escolar. Tendo como objetivos específicos: a) Verificar a forma na qual é realizado o funcionamento e atendimento da Sala de Recursos Multifuncionais, bem como, a qualificação do profissional atuante neste espaço; b) Analisar se o atendimento prestado pelos profissionais atuantes na sala de recursos multifuncionais é suficiente para a promoção da aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais; c) Observar se os materiais disponíveis na sala de recursos são utilizados pelos alunos com NEE's. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário, realizada numa escola pública estadual na cidade de Rio Branco-Acre. Participaram da pesquisa dois professores da sala de aula regular e dois da sala de Recurso Multifuncional. Os resultados indicaram que os atendimentos dos alunos com NEE's dependem da especialização e da dedicação do professor do AEE, pois enquanto que um professor realiza os atendimentos conforme orienta os documentos legais, outros deixam a desejar. Contudo, a parceria entre família, escola e comunidade tem sido o marco para que a inclusão aconteça.

Palavras-Chave: Inclusão. Professor. Sala de Recursos Multifuncional.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | 6 |
| 1 APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 14 |
| 2.1 Educação Especial e Educação Inclusiva? | 14 |
| 2.2 Histórico da Educação Especial no Acre | 17 |
| 2.3 O Atendimento Educacional Especializado..... | 20 |
| 2.4 Sala de Recursos Multifuncional..... | 24 |
| 2.5 Professor do Atendimento Educacional Especializado X Professor da Sala de Aula Regular | 25 |
| 3 OBJETIVOS..... | 29 |
| 3.1 Geral | 29 |
| 3.2 Específicos | 29 |
| 4 METODOLOGIA | 29 |
| 4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia..... | 29 |
| 4.2 Contexto da Pesquisa | 30 |
| 4.3 Participantes..... | 30 |
| 4.4 Materiais | 30 |
| 4.5 Instrumentos/Procedimentos de Construção de Dados..... | 31 |
| 4.6 Procedimentos de Análise de Dados | 32 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 33 |
| 5.1 Características dos professores participantes da pesquisa..... | 33 |
| 5.2 Procedimentos Iniciais de identificação dos alunos com NEEs segundo professores inclusivos..... | 33 |
| 5.3 Procedimentos para atendimento de alunos com NEEs na sala de recurso multifuncional | 35 |
| 5.4 Parcerias entre professor do AEE e professor Sala de Recursos Multifuncional..... | 35 |
| 5.5 Sala de Recursos Multifuncional na Visão do Professor Regente | 36 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL | 42 |
| APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES REGENTES | 44 |

| | |
|---|----|
| ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 46 |
| ANEXO B - ACEITE INSTITUCIONAL | 47 |
| ANEXO C - CARTA DE APRESENTAÇÃO..... | 48 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Especificação dos itens da Sala Tipo I..... | 23 |
| Quadro 2 – Especificação dos itens da Sala Tipo II..... | 24 |
| Quadro 3 – Características dos professores participantes da pesquisa..... | 32 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----|---------------------------------------|
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| AL | Aprendizagem Lenta |
| DA | Deficiente Auditivo |
| DF | Deficiência Física |
| DI | Deficiência Intelectual |
| DV | Deficiência Visual |
| NEE | Necessidade Educacional Especial |
| PAR | Plano de Ações Articuladas |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |

1 APRESENTAÇÃO

As pessoas com deficiências não faziam parte do convívio social na antiguidade. Segundo Facion (2008) esse período é marcado pelo meio de produção escravista. Nele, as pessoas que não tinham corpo perfeito para guerrear ou trabalhar no fabrico de armas eram exterminadas. No século XVI com o surgimento do feudalismo, onde se concentravam grandes extensões de terras a pequenos grupos de pessoas, os conhecidos senhores feudais, a mão de obra era marcada pela liberdade dos servos, porém deviam fidelidade ao seu senhor e em troca ganhavam terras para plantar e moradia. Nessa época a igreja católica dominava as regiões feudais e eles acreditavam que as pessoas que nasciam com algumas deficiências eram castigadas por Deus e por isso eram separadas da sociedade sendo mantidas em asilos, o que ficou conhecido como o período da segregação. No século XVIII com o surgimento da Burguesia, iniciou-se um novo modo de produção, o capitalista. Nesse novo modelo, as pessoas eram contratadas por sua mão de obra para operar os maquinários, aqui as pessoas com deficiências eram contratadas, muitas vezes, para entreter as pessoas em praças públicas.

Ainda segundo Facion (2008) foi somente no final do século XVIII e início do século XIX que a Educação Especial surge através das instituições especializadas para atender alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Mais tarde, na década de 80 os alunos passaram a frequentar as escolas regulares. Anos depois, o número de alunos com deficiências em escolas regulares aumentou consideravelmente, viu-se então, a necessidade de criar políticas para atender a esses alunos.

Após muitas lutas e conquistas, hoje, o aluno com Necessidades Educacionais Especiais de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), deve ser atendido prioritariamente na rede regular de ensino, sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar no contraturno escolar.

Visando ampliar meu conhecimento a respeito da inclusão escolar, delimitei meu objeto de pesquisa para investigar o atendimento educacional especializado ofertado na sala de recursos multifuncional por intermédio de professores.

Apesar de ainda não ter trabalhado com alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE's), me vi na obrigação de conhecer o processo de inclusão escolar, uma vez que estou inserida nesse ambiente e também faço parte deste processo.

Tenho aprendido com minhas experiências de vida, pois sábio é quem aprende com as experiências alheias, evitando com isso, experiências devastadoras. Foi pensando assim que

tomei como experiência a prática de uma professora da sala de aula regular. A professora inexperiente e sem formação continuada para atender alunos com NEE's sentiu-se diante de um grande desafio ao iniciar o ano letivo com um aluno com deficiência intelectual em sua turma. Inexperiente, não sabia a finalidade da sala de Recursos Multifuncional, e por isso, não fez parceria com a professora deste espaço. Ocorre que suas dificuldades foram aumentando porque ela não sabia quais as estratégias de ensino utilizar para favorecer a aprendizagem deste aluno.

Diante dessas vivências intrigantes e querendo ajudá-la, propus-me a buscar conhecimentos através da internet, e posteriormente, de realizar um curso de especialização para entender o processo de inclusão e o atendimento educacional especializado ofertado na sala de recurso multifuncional, bem como, o papel do professor. Foi através desta necessidade que consegui delimitar o tema do meu trabalho de pesquisa: sala de recursos multifuncionais e seu funcionamento no atendimento educacional especializado em uma escola de Rio Branco - Acre, objetivando analisar o Atendimento Educacional Especializado ofertado na Sala de Multifuncional de uma escola de Rio Branco, de acordo com as leis vigentes no Brasil acerca da inclusão escolar e para responder a este objetivo esta pesquisa apoiou-se em um referencial teórico que elenca a importância do AEE nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Deste modo, o trabalho encontra-se organizado em seis capítulos, da seguinte forma:

No Capítulo 2 - **Fundamentação Teórica**: abordamos a Educação Especial e a Educação Inclusiva, destacando a Educação Especial no Acre. Tratamos também do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com enfoque na Sala de Recurso Multifuncional.

No Capítulo 3 – **Objetivos**: informamos ao leitor o objetivo geral deste estudo, bem como, os objetivos específicos que nos ajudaram a atingir os resultados esperados para esta pesquisa.

No Capítulo 4 – **Metodologia**: detalhamos o caminho da pesquisa, bem como, os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Abordamos também, os procedimentos utilizados para análise dos resultados, que foram analisados de acordo com o referencial teórico deste trabalho.

No Capítulo 5 – **Resultados e Discussão dos Resultados**: apresentamos os dados coletados, por meio dos questionários e organizados por meio de categorias. Com base no referencial teórico, analisamos os resultados e fazemos reflexões no decorrer deste tópico.

No Capítulo 6 – **Considerações Finais**: apresentamos as reflexões geradas por meio da análise dos resultados, dando ênfase aos resultados obtidos. Indicamos as principais contribuições e recomendações para futuros estudos.

Com esta organização, procuramos apresentar os resultados deste trabalho de modo claro, abordando os referenciais teóricos que deram suporte a esta pesquisa, bem como, levando-os a uma reflexão da importância das salas de recursos multifuncionais no atendimento educacional especializado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica tem como objeto central a apresentação da modalidade de ensino que é a Educação Especial voltada para o AEE sendo elencada a sala de recurso multifuncional nos trazendo uma concepção geral do atendimento prestado pelos professores deste espaço, da sala de aula regular e da equipe escolar como um todo visando atender o aluno com necessidades educacionais especiais dentro de suas especificidades.

2.1 Educação Especial e Educação Inclusiva?

Antes de tratarmos da Educação Inclusiva precisamos primeiramente compreender o conceito de educação especial, de que maneira ela era elencada na antiguidade, seu surgimento no Brasil e as suas principais conquistas até os dias atuais. Faremos então, um breve histórico do processo de Inclusão.

A antiguidade, segundo Facion (2008) ficou conhecida como o período de *extermínio*. Pois, as pessoas que nasciam com deficiências eram condenadas à morte por não apresentarem corpo perfeito.

Vale ressaltar que a economia era comandada pela nobreza e pelos exércitos militares, buscava-se cada vez mais, homens que tivesse perfil de guerreiro para lidar com a fabricação de armas. Com isso, as pessoas que não atendessem a esse padrão eram consideradas sem valor.

A dádiva de um corpo perfeito para guerrear dotado de habilidades excepcionais requeridas no fabrico das armas, era o critério para valorizar a força de trabalho de um homem, fundamental a manutenção do poderio da classe dominante para ampliar seu exército de escravos.

Qualquer pessoa que fugisse a esse padrão era considerada subumana já que não teria utilidade para a vida em sociedade (FERNANDES, 2013, p. 37, 38).

Observe que neste período a escravidão dominava o modo de produção. Mais tarde, surge um novo meio de produção conhecido como feudalismo que ascende a escravidão, e a concentração das riquezas estava em poucas mãos, passando a mão-de-obra ser livre. A economia era baseada na agricultura, portanto quem dominava eram os grandes donos de terras. As classes menos favorecidas trabalhavam para o senhor feudal prestando-lhes fidelidade e, em troca, recebiam proteção, terra para morar e cultivar sendo eles denominados de servos. Com a chegada do Cristianismo e pelo fato de a Igreja Católica concentrar grandes

extensões de terra, passou a dominar a região Feudal. As pessoas que nasciam com alguma deficiência eram interpretadas como possuidoras de castigos divinos.

Havia uma tendência a interpretar o nascimento de uma pessoa com deficiência como um castigo de Deus, como punição de pecados cometidos por pais ou familiares. Essa interpretação analisava a deformidade dos corpos como um sinal de possessão demoníaca (FERNANDES, 2013, p. 40).

Ainda segundo Fernandes (2013, p. 41) “também era comum pessoas com necessidades ou deformidades físicas fossem utilizados como fonte de diversão entretenimento e curiosidade popular, sendo instrumento de distração dos nobres na corte ou objeto de exposição em praça pública”.

Estes fenômenos de abandono e negligência foram modificados somente no século XVI, quando surgiu a criação de asilos e abrigos. Segundo Fernandes (2013, p. 41) com “o objetivo de enclausurar aqueles que não se encaixavam nos padrões de normalidade, como os leprosos, os paralíticos, os doentes venéreos, os doentes mentais, e toda sorte de desajustados”. A prática de enclausuramento ficou conhecida como *Período da Segregação*.

Com o advento da burguesia surge um novo meio de produção o “capitalismo”.

Segundo Fernandes (2013, p.42) a nova divisão da sociedade de classes se pauta na relação capital-trabalho, cuja lógica opõe patrão (que detém os meios de produção como o capital e os maquinários) e o operário (que sobrevive com a venda de força de trabalho em troca de salário).

Na nova sociedade em que a exploração do trabalhador é condição para geração de lucro e acúmulo de riquezas, todas as ferramentas necessárias à proliferação do capital são exploradas a mão de obra de mulheres, crianças e, pela primeira vez, pessoas com deficiência passam a ser fonte de acumulação de riqueza (FERNANDES, 2013, p. 42).

Mas foi somente no final do século XVIII e princípios do século XIX, que se iniciou o período da institucionalização especializada em pessoas com necessidades educativas especiais e é a partir de então que poderíamos considerar ter surgido a Educação Especial (FACION, 2008, p. 188).

Ainda segundo Facion (2008, p. 189) foi na segunda metade do século XX que a pessoa com necessidades educacionais especiais começou a ter acesso à classe regular desde que se adaptasse sem causar qualquer transtorno ao contexto escolar.

Essa concepção de que o aluno tinha que se adaptar a realidade escolar passa a mudar na década de 1980 com a prática da inclusão, pois foi nesse período que um maior número de deficientes passou a frequentar classes regulares. Com Isso, “intensificou-se a atenção à

necessidade de educar os alunos com necessidades especiais no ensino regular como consequência das insatisfações existentes em relação às modalidades de educação especial” (FACION, 2008, p. 189).

Esse novo processo ganha repercussão com a Declaração de Salamanca em 1994, conhecida pela política de educação para todos sendo realizada com a presença de 88 governos e 25 organizações internacionais na cidade de Salamanca/Espanha.

Para a Declaração de Salamanca (1994, p. 17) os alunos “com necessidades especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.

A Constituição Federal de 1988 nos fala que o “ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL. Constituição, 1988, p. 136).

Este acesso e permanência nos reportam ao conceito de educação especial segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 quando nos fala da “modalidade de ensino que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL. 1996, p. 27).

Segundo Kelman (2010, p. 58) “a inclusão pressupõe a exclusão”. Estes fatores são evidenciados em todo o processo de inclusão que as pessoas com NEE’S eram submetidas aos mais densos tratamentos desumanos. Primeiramente foram exterminados e segregados e, enfim, passaram a frequentar o mesmo ambiente que as pessoas sem NEE’S fazem uso.

Esta prática de passar a frequentar ambientes antes infrequentáveis é o que podemos entender por inclusão. Quando se trata de inclusão escolar levamos em consideração o aluno que por apresentar Necessidades Educacionais Especiais passa a frequentar à escola com pessoas que não possuem essas necessidades.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para Educação Básica, entende-se por inclusão:

A garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2001, p. 20).

Para Facion (2008), em se tratando de aluno com deficiência mental a escola deve ensinar o que o aluno necessita e não o que pensa que deva ser ensinado, deve-se respeitar o

seu tempo de aprendizado e levar em consideração que o processo de alfabetização poderá vir ou não com o passar do tempo. Sendo, portanto a sua forma de avaliação devendo ser dela com ela mesma.

Facion (2008, p. 208) nos esclarece que:

Mesmo que um adolescente com deficiência mental, porventura, não aprenda ler e escrever terá aprendido na escola a conviver com as pessoas, a relacionar-se, a resolver seus problemas e a construir sua autonomia.

Como vemos nas citações de algumas leis citadas acima, a inclusão escolar trata-se do processo de inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino, ficando a educação voltada pra necessidade do aluno.

Com isso, faz-se necessário que exista especialização dos educadores que atendam aos alunos nas mais diversas necessidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 59, nos afirma que os sistemas de ensino garantirão:

Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, p. 03).

Sabemos que o profissional qualificado estará preparado para atender o aluno dentro de suas especificidades utilizando de estratégias de ensino que visem à promoção da aprendizagem cognitiva e social de cada alunado.

Diante disso, a escola antes de tudo tem que estar preparada para atender o aluno. Esta preocupação não se remete somente ao professor regente da sala de aula, mas também, ao professor do Atendimento Educacional Especializado, da Secretaria, da Direção. Enfim, toda a comunidade escolar deve estar envolvida, partilhando juntos das dificuldades, das sugestões e das vitórias alcançadas.

2.2 Histórico da Educação Especial no Acre

O Ensino Especial no Acre constituiu sua formação em 1971, com a criação da assessoria de Educação de Excepcionais, diretamente subordinada ao gabinete da Secretaria de Educação do Estado, através da Portaria nº 22 de 12 de março de 1971, para prestar atendimento aos alunos excepcionais de aprendizagem lenta (A.E) identificados com mais de 2 anos de repetência, e o mínimo de 8 (oito) anos e meio de idade cronológica, nas 1ª séries do 1º grau, sem aproveitamento satisfatório. Esses critérios foram adotados para dar início ao

serviço, uma vez que ainda não se contava com uma equipe técnica que pudesse diagnosticar os casos de deficiência mental.

Constatado o grande número de crianças com dificuldades de aprendizagem foram selecionados 80 alunos dentre as 04 unidades escolares da rede estadual: Grupo Escolar Presidente Dutra; Escola Dr. Mário de Oliveira; Escola Prof^a Maria Angélica de Castro e Escola Francisco Sales Filho que iniciaram o atendimento com uma sala especial em cada unidade de ensino, com 20 alunos em média por sala de aula, concluindo o atendimento nos anos de 1972 a 1973, com cerca de 69 alunos.

Os professores regentes das classes especiais recebiam orientação pedagógica de uma equipe formada por duas orientadoras pedagógicas, ambas com títulos em curso de aperfeiçoamento, realizada em Belém-PA.

Em 1974, iniciou-se o atendimento ao deficiente auditivo (D.A) com apenas 2 alunos em uma classe especial da Escola Presidente Dutra. Em 1975, foi extinta a classe especial da Escola Francisco Sales filho, porém foram criadas mais 3 classes especiais, sendo 2 nas escolas municipais: Pe. Antônio Diogo Feijó e Giocondo Maria Grotti, e 1 na escola estadual Neutel Maia, vale ressaltar que houve a especialização de dois professores da rede municipal.

Em 1976, com a reforma do prédio da antiga Escola Rural “Dom Bosco”, esta unidade escolar foi repassada para o Ensino Especial, foi então que se iniciou o atendimento ao deficiente mental.

O Centro de Ensino Especial Dom Bosco, criado pelo Decreto Governamental nº 13 de 11 de fevereiro de 1976, para a função de coordenação da Educação Especial e atendimento da clientela de alunos com deficiência intelectual (D.I), deficiência auditiva (D.A) e alunos com aprendizagem lenta (A.L). Em 1978 neste mesmo Centro se iniciou o atendimento aos alunos com deficiência visual (D.V), sendo 01 aluno cego e 04 alunos com baixa visão.

Neste mesmo período o espaço físico do Centro ficou bastante deficitário para comportar a demanda, o corpo docente enfrentou bastante dificuldade pedagógica para o desenvolvimento do trabalho simultâneo para o atendimento de tantas excepcionalidades distintas, além disso, a insuficiência de recursos humanos especializados (técnicos e educadores) e a insuficiência de equipamentos específicos determinaram um esforço resistente por parte dos poucos apoiadores do trabalho educacional a esta clientela.

Cada vez mais isolado da escola regular (comum), era o que visava a política educacional nacional da época às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, todos esses desafios dificultaram o processo de integração e prejudicou a expansão do trabalho aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, em 1979 eram atendidos cerca de 211 alunos especiais só na capital, porém já nesta época ocorriam solicitações de assessoramento no interior.

Entre os anos de 1980 e 1982, houve um lento crescimento dos atendimentos anuais da capital (1980: 205 alunos; 1981: 238; 1982: 271alunos). Nesse período a SEE capacitava as inspetorias de ensino e professores de seis municípios, para iniciar o trabalho com a clientela de alunos com Necessidades Educacionais Especiais por eles identificadas nas 1ª séries do 1º grau.

A partir de 1983, houve um considerável aumento da clientela atendida, devido à criação de outras modalidades na capital e a implantação de sete classes especiais no interior do estado, atingindo um número de 378 alunos de várias modalidades distribuídos em 31 classes especiais.

Em 1984 o atendimento aos alunos com Necessidades Especiais chegou a 628 alunos matriculados nas diversas áreas e modalidades assim especificados:

- 369 alunos (D.I) – Capital e interior, dentre estes alunos 59 freqüentavam as atividades profissionalizantes (só na capital ou também no interior?);
- 24 alunos (D. A) – Capital;
- 05 alunos (D. V) – Capital;
- 210 alunos (A. L) – Capital e interior;
- 20 alunos com deficiência física (D. F), com atendimento de reabilitação (fisioterapia) – Capital.

Em 1985, foi previsto na política de Educação Especial do Estado manter a mesma clientela atendida no ano anterior, tanto na capital como no interior, tendo em vista a melhoria na capacitação dos recursos humanos e nas adaptações de estrutura física de salas de aula, bem como a criação de novas classes especiais para 1986.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Constituição Federal admite mais: que o Atendimento Educacional Especializado seja também oferecido fora da rede regular de ensino, em outros estabelecimentos, já que,

como referimos, seria um complemento e não um substitutivo da escolarização ministrada na rede regular para todos os alunos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), mediante Portaria nº 555 e nº 948/2007, norteia a política de educação Especial no Estado do Acre estabelecendo diretrizes quanto à implantação e implementação da sala de recursos multifuncionais. Para tanto, a Coordenação de Educação Especial elaborou um termo de adesão que define as atribuições da Secretaria de educação, da escola e do professor do AEE, com o objetivo de Implantar o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais, na rede regular de ensino, para alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades.

Em 2005 a Secretaria de Estado de Educação percebeu que o papel do professor itinerante não estava atendendo a demanda, que a cada dia, aumentava, seja pelo número de alunos incluídos, seja pelas necessidades do mesmo.

Diante dessa análise, tomou-se a iniciativa de implantar o papel do professor de apoio, ou seja, um professor que pudesse permanecer o dia todo na escola com o objetivo de orientar, apoiar os demais professores e atender o aluno, seja individual ou em pequenos grupos.

Diante da proposta da Secretaria de Educação Especial/MEC de implantar sala de recursos multifuncionais, em 2007 foram implantadas três salas de recursos recebendo equipamentos através do programa financiado pelo MEC. Ainda em 2007, no município de Rio Branco, trinta e oito escolas funcionavam com o professor de apoio, sem espaço físico e equipamentos, onde se utilizavam espaços alternativos que a escola oferecia para realizar o atendimento em contra turno.

No período de 2008 a 2010 foram implantadas 144 salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede estadual, considerando que todos os municípios foram contemplados.

Atualmente, são 334 salas divididas nos 22 municípios, cumprindo o Decreto nº 6.094/2007, que estipula a garantia do acesso e da permanência na rede pública de ensino.

2.3 O Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado é uma garantia ofertada pela educação especial visando eliminar as barreiras do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

É importante frisar que a:

Deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p. 4).

O AEE é o responsável por disponibilizar programas que deverão estar articulados com a proposta pedagógica do ensino comum. Trata-se do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros.

De acordo com o Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, “o AEE é compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente,” sendo ofertados da seguinte forma:

Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2009, p. 2).

Na citação anterior quando fala que o atendimento é complementar a formação dos estudantes com deficiência está nos remetendo à informação de que este aluno irá frequentar a sala de aula comum num horário e, no outro, o atendimento educacional especializado conforme consta no Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, quando declara que a “dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado”.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 “o AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização.”

Para os casos em que o aluno não tenha sala de recursos multifuncionais em sua escola, essa oferta deverá ser atendida por uma escola mais próxima ao aluno, e também:

Por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniada com o Poder Executivo competente (BRASIL, 2007, p. 3).

As instituições sem fins lucrativos além de serem conveniadas com o poder executivo do ente federativo devem ter atuação na educação especial, com isso, receberão da união, apoio técnico e financeiro, para que haja ampliação da oferta do atendimento educacional

especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que se encontram matriculados na rede pública de ensino.

Além do apoio demandado às instituições filantrópicas, de acordo com o Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011, a União também prestará “apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal” onde contemplarão as ações discriminadas a seguir:

- I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;
- II - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braile para estudantes cegos ou com baixa visão;
- IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
- V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (BRASIL, 2011, p. 2).

De acordo com o Decreto citado acima, a Educação Especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atenderem às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

De acordo com o art. 3º os objetivos do atendimento educacional especializado são:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, p. 2).

Para que todas as ofertas sejam atendidas, o AEE deve ser institucionalizado no PPP da escola para que se cumpra o que está pré-estabelecido neste documento.

Segundo Santos (2010), a constatação de que a realidade escolar é dinâmica e depende de todos dá força e sentido à elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP, entendido não apenas como um mero documento exigido pela burocracia e administração escolar, mas como registro de significados a serem outorgados ao processo de ensino e de aprendizagem, que demanda tomada de decisões e acompanhamento de ações subsequentes.

Todas as intenções da escola, reunidas no Projeto Político pedagógico, conferem-lhe o caráter político, porque ele representa a escolha das prioridades de cidadania em função das demandas sociais. O PPP ganha status Pedagógico ao organizar e sistematizar essas intenções em ações educativas alinhadas com as prioridades estabelecidas.

Conforme o artigo 10 inciso I, II e IV da Resolução Nº. 04 de 02/10/2009 afirma que o Projeto Político Pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

- I- Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- II- Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- III- Cronograma de atendimento aos alunos;
- IV- Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- V- Professores para o exercício do AEE;
- VI- Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- VII- Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (BRASIL, 2009, p. 2).

Portanto, o caráter coletivo e a necessidade de participação de todos são inerentes ao PPP, pois ele não se resume a um mero plano ou projeto burocrático, que cumpre as exigências da lei ou do sistema de ensino.

2.4 Sala de Recursos Multifuncional

As salas de Recursos Multifuncionais são ofertadas às escolas da rede pública de ensino regular, sendo suas demandas registradas através do Plano de Ações Articuladas – PAR com base no diagnóstico da realidade feito pela secretaria de educação a qual a escola está vinculada.

A escola deve ter matrícula de aluno de educação especial, de aluno cego em classe comum conforme registro no Censo Escolar/INEP para a implantação de salas do tipo I e tipo II. Além de espaço físico e professor para atuar no Atendimento Educacional Especializado.

No ano de 2010 o Ministério da Educação elaborou e distribuiu o *Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais* com o objetivo de informar os sistemas de ensino sobre as ações deste Programa.

De 2005 a 2009, foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal, atendidos 4.564 municípios brasileiros - 82% do total.

As salas de recursos multifuncionais são dotadas de equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, sendo divididas de acordo com suas especificações técnicas em sala do tipo I e sala do tipo II.

Quadro I - Especificação dos itens da Sala Tipo I:

| Equipamentos | Materiais Didático/Pedagógico |
|-------------------------------------|---|
| 02 Microcomputadores | 01 Material Dourado |
| 01 Laptop | 01 Esquema Corporal |
| 01 Estabilizador | 01 Bandinha Rítmica |
| 01 Scanner | 01 Memória de Numerais I |
| 01 Impressora laser | 01 Tapete Alfabético Encaixado |
| 01 Teclado com colméia | 01 Software Comunicação Alternativa |
| 01 Acionador de pressão | 01 Sacolão Criativo Monta Tudo |
| 01 Mouse com entrada para acionador | 01 Quebra Cabeças - sequência lógica |
| 01 Lupa eletrônica | 01 Dominó de Associação de Idéias |
| Mobiliários | 01 Dominó de Frases |
| 01 Mesa redonda | 01 Dominó de Animais em Libras |
| 04 Cadeiras | 01 Dominó de Frutas em Libras |
| 01 Mesa para impressora | 01 Dominó tátil |
| 01 Armário | 01 Alfabeto Braille |
| 01 Quadro branco | 01 Kit de lupas manuais |
| 02 Mesas para computador | 01 Plano inclinado – suporte para leitura |
| 02 Cadeiras | 01 Memória Tátil |

Quadro II - Especificação dos itens da Sala Tipo II:

| Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico |
|--|
| 01 Impressora Braille – pequeno porte |
| 01 Máquina de datilografia Braille |
| 01 Reglete de Mesa |
| 01 Punção |
| 01 Soroban |
| 01 Guia de Assinatura |
| 01 Kit de Desenho Geométrico |
| 01 Calculadora Sonora |

Para que haja a manutenção na Sala de Recursos Multifuncionais existe o apoio técnico e financeiro da União conforme consta no artigo 5º do Decreto 7.611 de 17 de dezembro de 2011. Os benefícios são discriminados no art. 2º do Decreto citado acima. Ela diz em seus incisos:

- I - aprimoramento do atendimento educacional especializado já ofertado;
- II - implantação de salas de recursos multifuncionais;
- III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;
- IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;
- V - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- VI - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e
- VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior (BRASIL. 2011, p. 2).

Vemos com isso, que a Sala de Recursos Multifuncional recebe apoio da união para suprir as necessidades desta sala e dar o apoio necessário ao professor de AEE e aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

2.5 Professor do Atendimento Educacional Especializado X Professor da Sala de Aula Regular

Tendo em vista que a inclusão escolar é uma prática que está em ascensão é importante destacarmos o papel de dois profissionais que estão diretamente ligados ao processo de ensino e aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. São eles: O professor da sala de recursos multifuncionais e o professor da sala de aula regular. Destacaremos aqui o papel de cada um neste processo e a necessidade de parceria entre eles.

Como sabemos, o trabalho docente é focado na aprendizagem do aluno. Sabemos que ensinar exige além do aprender o comprometimento do profissional em executar sua prática de forma a possibilitar o conhecimento aos alunos dentro de suas limitações.

É necessário que o professor esteja sempre se atualizando e repensando suas práticas. Exige-se para isso planejamento do que se pretende alcançar.

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

Neste caso, o planejamento das atividades será como um guia, pois nele estarão contidos os meios pelos quais o professor irá realizar seu trabalho.

É no fazer pedagógico, no compartilhamento de informações entre professor e aluno que se aprende e se ensina.

O professor deve estar sempre repensando sua prática, buscando conhecimentos com vistas a atender as mais diversas necessidades de seus alunos através do seu modo de ensinar.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o profissional que irá atuar na Educação Especial tem que ter formação específica.

O professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008, p. 17).

É importante destacar que para o bom funcionamento do atendimento prestado aos alunos com necessidades especiais, é necessário que toda a equipe escolar esteja envolvida no processo de inclusão.

A educação inclusiva implica na implementação de políticas públicas, na compreensão da inclusão como processo que não se restringe à relação professor-aluno, mas que seja concebido como um princípio de educação para todos e valorização das diferenças, que envolve toda a comunidade escolar (PAULON, 2005, p. 27).

Para Libâneo (1994) o trabalho docente é uma atividade consciente e sistemática, em cujo centro está a aprendizagem ou o estudo dos alunos sob a direção do professor.

Vale ressaltar também, que toda atividade a ser executada em sala de aula deve ser seguida de planejamento para alcançar o seu bom desempenho.

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político - pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas (isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino). (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

Deve-se fazer levantamento das necessidades a serem trabalhadas partindo da realidade social e traçar metas do que se buscam alcançar. Para isso, os profissionais atuantes da sala de aula regular e da sala de recursos multifuncionais devem planejar juntas as necessidades de cada alunado e o que pretendem alcançar com as atividades desenvolvidas e posteriormente analisar se o que fora planejando logrou êxito.

Precisamos entender que o profissional que irá atuar na Educação Especial deve ter conhecimentos pedagógicos e conhecimentos específicos da área, oriundos de sua formação básica e formação continuada. Pois é através destes conhecimentos que sua atuação irá se aprofundar no que tange a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Este profissional é considerado especialista em educação especial quando desenvolve competências para identificar as necessidades educacionais especiais do aluno apoiando na implementação de estratégias de flexibilização e adaptação curricular “bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades” (BRASIL, 2001, p. 5)

Portanto, o professor do AEE irá realizar o atendimento de acordo com as necessidades ou habilidades de cada aluno.

Suas atribuições contemplam as seguintes atividades:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;

- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras (BRASIL, 2010, p. 8,9).

Já ao professor da sala regular o atendimento aos alunos com NEE é dotado de desafios, uma vez que, em sua maioria não possuem formação continuada na área inclusiva e não sabem como lidar diante da realidade escolar.

De acordo com a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, os professores capacitados a atuarem na sala de aula regular com alunos com NEEs, são os que comprovem em sua formação conteúdos adequados para:

- I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001, p. 5).

Sabemos que muitos profissionais da sala regular apresentam os conteúdos básicos para trabalhar com alunos com NEEs em sua formação, porém não sabem lidar com estas ações na prática. Por isso existe a necessidade de parceria entre professor de AEE e professor da sala regular, pois o profissional especialista na área inclusiva irá apresentar os subsídios necessários para o trabalho pedagógico a ser desempenhado dentro da sala de aula regular com o processo de inclusão.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar o Atendimento Educacional Especializado ofertado na Sala de Recursos Multifuncionais de uma escola de Rio Branco de acordo com as leis vigentes no Brasil acerca da inclusão escolar.

3.2 Específicos

- Verificar a forma na qual é realizado o funcionamento e atendimento da Sala de Recursos Multifuncionais, bem como, a qualificação do profissional atuante neste espaço.
- Analisar se o atendimento prestado pelos profissionais atuantes na sala de recursos multifuncionais é suficiente para a promoção da aprendizagem dos alunos com Necessidades Especiais.
- Observar se os materiais disponíveis na sala de recursos são utilizados pelos alunos com NEEs.

4 METODOLOGIA

4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

Neste espaço iremos abordar a metodologia, vejamos abaixo sua definição:

A palavra Metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo.

A Metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (PRODANOV, 2013, p. 14).

Portanto, iremos apresentar aqui os meios utilizados durante a realização da pesquisa, ou seja, os caminhos de busca e coleta de informações necessárias para construção do conhecimento a serem apresentados sobre o tema pesquisado.

4.2 Contexto da Pesquisa

A pesquisa de cunho qualitativo foi realizada em uma escola de Rio Branco que fica situada em um bairro periférico da cidade, composta por uma clientela que em sua maioria, é extremamente carente e ociosa por falta de renda fixa favorecendo com isso a marginalidade e a violência familiar. Muitas dessas famílias são beneficiadas com os programas Bolsa Família (Programa do Governo Federal para as famílias de extrema pobreza) e Saúde na Escola (Programa desenvolvido na escola que conta com Médico Pediatra para realizar consulta aos alunos com o acompanhamento dos pais e/ou responsáveis).

Sendo fundada no dia 26 de agosto de 2004, a escola estadual de Ensino Fundamental atende as séries do 1º ao 5º ano contando atualmente com o corpo discente em 688 alunos, sendo distribuídos nos turnos matutino e vespertino em suas 11(onze) salas.

A escola é referência na localidade por atender um grande número de alunos com Necessidades Especiais. No período matutino conta com três alunos com Deficiência Intelectual. Já no período vespertino possui 02(dois) alunos surdos, 06 alunos com Deficiência Intelectual.

O quadro de funcionários dessa instituição é compreendido por: 01 Diretora, 01 Coordenadora de Ensino, 01 Coordenador Administrativo, 02 coordenadoras pedagógicas, 05 funcionários de apoio do quadro permanente e 04 funcionários de apoio terceirizados, 18 professores do quadro permanente e 09 professores do quadro temporário.

A escola conta com seu espaço físico distribuídos em 11(onze) salas de aula, 01(uma) biblioteca, 01(uma) secretaria, uma sala de multimeios juntamente com laboratório de informática, 01(uma) sala de recursos, 01(uma) sala de professores funcionando juntamente com a coordenação, 01(uma) cantina, 01(um) refeitório, 01(um) pátio, 02 (dois) banheiros administrativos, 02(dois) banheiros para alunos, 03(três) depósitos, sendo de material de limpeza, merenda e expediente.

4.3 Participantes

Os participantes dessa pesquisa são compostos por 02(dois) professores (a) da Sala de Recursos Multifuncionais, 02(dois) professores (a) da classe comum.

4.4 Materiais

Os materiais utilizados na pesquisa foram:

- Caneta;
- Questionário;
- Computador;
- Impressora;
- Papel A4.

4.5 Instrumentos/Procedimentos de Construção de Dados

O instrumento utilizado para coleta de dados desta pesquisa é composto, tão somente, de questionário com questões abertas.

O questionário é conhecido como:

Técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Nesse sentido, dois modelos de questionários foram entregues: um ao professor da sala de aula regular e, outro, ao professor da sala de recurso multifuncional, visando obter as informações necessárias para compor o objeto de pesquisa.

Trata-se de questões abertas onde foram solicitados aos respondentes que ofereçam suas próprias respostas com base em suas experiências vividas no dia-a-dia escolar com alunos que possuem NEE's.

Destaco que o Estabelecimento de Ensino utilizado para realização desta pesquisa trata-se de uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino que trabalha com o Ensino Fundamental I, compreendido entre as turmas de 1º ao 5º ano.

Esta Unidade de Ensino me favoreceu realizar a pesquisa por se tratar do local onde atuo como professora do 3º ano das séries iniciais do Ensino Fundamental. Portanto, todos os professores tratados nesta pesquisa são profissionais que atuam comigo nesta escola.

Dando início a pesquisa, me reuni com a equipe de gestão escolar, composta por coordenadores: pedagógicos, de ensino e da gestora da unidade, esclarecendo que se tratava de uma pesquisa que objetivava expandir o conhecimento sobre o AEE e para compor a monografia da pós-graduação na qual fui contemplada através da UnB. Como a escola é inclusiva, visa qualificar seus profissionais para atender aos alunos nas mais diversas

necessidades. A gestora elogiou o empenho e dedicação, pois sabe que o conhecimento adquirido será utilizado na escola favorecendo a identificação dos alunos que apresentam NEE, além das estratégias de ensino utilizadas para esses alunos, dentre outros. Neste momento, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) foi assinado pela gestora da unidade e professores.

Dias após a reunião entre a equipe escolar esclarecendo do que se tratava a pesquisa, pude estar aplicando o questionário que é composto de questões abertas onde os professores escreveram nas linhas tudo o que está relacionado à sua prática atual. Apesar de não ter utilizado entrevista como coleta de dados, a aplicação do questionário oportunizou conhecer as experiências vividas por essas profissionais ao longo de sua jornada no exercício da profissão. Isso só foi possível porque conheço os profissionais atuantes e elas se sentiram confortáveis em relatar como se deu o processo de inclusão desde a sua implantação no estado.

4.6 Procedimentos de Análise de Dados

De acordo com Gil (2008) a análise visa organizar os dados coletados de forma a possibilitar as respostas aos problemas propostos durante a investigação. Deste modo, as respostas foram reorganizadas em grupos, que por meio de termos ou ideias comuns, geraram categorias que auxiliaram em responder os objetivos propostos neste estudo.

De posse dos questionários aplicados aos professores a análise foi construída tomando como base alguns teóricos abordados neste estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste espaço, irei realizar a análise dos resultados e discussões, utilizando os autores citados no Referencial Teórico desta monografia.

5.1 Características dos professores participantes da pesquisa

Esta pesquisa contou com a participação de dois professores da sala de aula regular e dois professores da sala de recurso multifuncional. Com o objetivo de preservar suas identidades irei identificá-los por A1 e A2 (Professor regente) e B1 e B2 (Professor da sala de aula multifuncional).

Quadro 3 - Características dos professores participantes da pesquisa

| Professor da Sala Regular | | | | | |
|---------------------------|-------|------|-----------|-------------------------|---------------------------|
| Professor | Idade | Sexo | Formação | Anos de regência | Alunos com NEEs atendidos |
| A1 | 44 | F | Pedagogia | 24 anos | 1 |
| A2 | 42 | F | Pedagogia | 15 anos | 1 |
| Professor do AEE | | | | | |
| Professor | Idade | Sexo | Formação | Tempo de atuação no AEE | Alunos com NEEs atendidos |
| B1 | 48 | F | Pedagogia | 1 ano | 8 |
| B2 | 30 | F | Pedagogia | 3 anos | 3 |

Fonte: Questionário respondido pelos professores do AEE e da sala de aula regular

Após a elaboração deste quadro iniciei a análise dos dados com as respostas dos professores do AEE e dos professores da sala de aula regular intercalando suas respostas quando divididos os dados em categorias.

5.2 Procedimentos Iniciais de identificação dos alunos com NEEs segundo professores inclusivos

De acordo com as professoras, geralmente os alunos quando matriculados na escola já vem identificados através de laudo médico ou quando estão cadastrados no censo escolar como aluno com deficiência. Após essa identificação que fica na pasta individual do aluno na

secretaria escolar, o professor do AEE faz as matrículas na sala de recurso multifuncional já sabendo a quantidade de alunos a serem atendidos, bem como, a deficiência.

Porém, há casos em que o aluno tem deficiência e são identificados pelos professores regentes da sala de aula ao observar o comportamento da criança em relação às demais conforme vemos no relato de uma professora quando fez a identificação de um aluno com NEEs.

Percebi que a criança tinha um comportamento diferente dos demais alunos, quando perguntava algo a ele ficava de boca aberta olhando para mim, ou falava outra coisa que não tinha ligação alguma com o que estava sendo questionado, então procurei a professora do AEE e a mesma concluiu que verdadeiramente o aluno tinha deficiência intelectual (Professora A2).

Para que fosse possível a confirmação de que o aluno apresentava necessidades educacionais especiais, a professora da sala de recurso multifuncional iniciou um estudo de caso com o aluno para que tais características elencadas pela professora regente fossem observadas e, posteriormente, os pais foram informados para que buscassem auxílio de um médico para dar um diagnóstico cabível ao aluno.

De acordo com a Nota Técnica nº 04 de 2014, o estudo de caso é elaborado visando favorecer as condições de participação e de aprendizagem do aluno através das estratégias pedagógicas e de acessibilidade.

Ressaltando que o aluno recebe atendimento na sala de recurso, embora não tenha laudo médico e nem esteja cadastrado no Educacenso, pois a negação desse direito geraria discriminação.

Ainda segundo a nota técnica nota técnica nº 04 de 2014,

A exigência de diagnóstico clínico dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, para declará-lo, no Censo Escolar, público alvo da educação especial e, por conseguinte, garantir-lhes o atendimento de suas especificidades educacionais, denotaria imposição de barreiras ao seu acesso aos sistemas de ensino, configurando-se em discriminação e cerceamento de direito (BRASIL, 2014, p. 3).

Portanto, o aluno quando identificado com NEE deverá receber atendimento no contraturno, na sala de recurso multifuncional de sua escola de acordo com a necessidade apresentada, mesmo não havendo laudo para isso.

5.3 Procedimentos para atendimento de alunos com NEEs na sala de recurso multifuncional

De acordo com as professoras os procedimentos iniciais utilizados para atendimento dos alunos são: Matrícula; Estudo de Caso; Plano Individual e Cronograma de Atendimento.

Após a realização da matrícula ou identificação do aluno com NEEs a professora elabora um cronograma de atendimento para cada aluno que varia entre uma hora à uma hora e meia dependendo da necessidade que o aluno apresenta.

A professora B1 destaca que muitas vezes o atendimento não é realizado com qualidade devido à falta de parceria entre a gestão, no sentido de possibilitar recursos a serem utilizados nas estratégias de ensino.

Vejamos o que a professora nos relata:

A SRM só funciona bem se a gestão escolar estiver envolvida, apoiando o professor do AEE em todos os aspectos, dando-lhe condições para realizar os trabalhos. Nós precisamos de muitos recursos, pois os alunos utilizam os mesmos jogos educativos durante o ano todo. Precisamos de jogos educativos on-line, mas não temos internet na sala e quando fui solicitar, a coordenação me informou que tinha que comprar com dinheiro do meu bolso. Outra coisa é o quadro branco que chegou no início do ano na escola e não foi anexado à parede, quando reclamei me disseram que era para colocar em cima de duas cadeiras.

Depois disso, passei a confeccionar os próprios materiais através de pesquisa da internet e com meus próprios recursos. Só para o final do ano que eu comecei a receber ajuda de alguns papéis para confeccionar atividades. Então, se a escola toda não estiver participando do processo, o atendimento vai deixar a desejar (Professora B1).

Evidenciamos no relato da professora a decepção por não ter materiais suficientes para atender as mais diversas necessidades, sendo ela responsável pela fabricação de muitos dos materiais para realização da promoção da aprendizagem dos alunos.

5.4 Parcerias entre professor do AEE e professor Sala de Recursos Multifuncional

Em análise as respostas das professoras da sala regular A1 e A2 pude constatar que existe diferença no atendimento prestado pelas professoras do AEE, B1 e B2. Acredito que isso acontece pelo fato de um professor ser mais capacitado que o outro e pela experiência de cada uma conforme nos mostra a tabela que é de um ano para B1 e de três anos para B2.

Estas observações são encontradas no questionário ao tratar da formação continuada e sua importância para suas atuações. Ambas concordaram que é importante, pois nele existem as experiências trocadas pelos colegas de profissão.

De acordo com B1,

As formações continuadas que recebemos são de fundamental importância para a realização dos trabalhos no AEE, nos dão orientações e segurança. Tudo o que aprendi nas formações foram um norte, pois quando iniciei não sabia nada do AEE e da SRM (Professora B1).

Já para B2 as formações continuadas não são suficientes para sua atuação profissional. Vejamos a descrição da professora, quando questionada se a formação continuada recebida é suficiente.

Não. Estudei e pesquisei muitas coisas por conta própria, pois as formações são poucas e muito superficiais (Professora B2).

Acredito que isto tenha possibilitado a falta de parceria entre a professora da sala de recurso e a professora do AEE, onde vemos grau de insatisfação em uma de suas respostas ao questionário.

Segundo A2, a professora do AEE se manteve preocupada em atender ao aluno de sua sala quando interagiu com a professora e fez a observação do aluno em sala de aula. Porém, esta prática aconteceu apenas uma vez no decorrer do ano de 2015, ficando neste caso, o atendimento comprometido.

Para A1, a professora do AEE tem se mostrado muito prestativa ao participar quinzenalmente do planejamento escolar com ela para saber o assunto que será trabalhado na sala de aula e elaborar atividades com base no que está sendo ofertado pela professora regente.

5.5 Sala de Recursos Multifuncional na Visão do Professor Regente

De acordo com o levantamento de dados colhidos através do questionário, existe na atualidade, profissionais que não conhecem a sala de recursos multifuncionais, ou se conhecem não sabem onde fica localizada dentro de sua escola e nem a sua finalidade. Este fator ficou evidenciado na descrição feita pela professora A1 quando preencheu o instrumento de coleta de dados informando não conhecer a SRM de sua escola. Como não conhecia o espaço, também não saberia dizer os recursos disponíveis a serem trabalhados com seus alunos.

Já a professora A2, sabe onde fica situada a SRM da escola, mas não soube dizer quais são os recursos utilizados por seu aluno na sala do AEE.

Veremos abaixo os relatos das professoras em relação ao seu conhecimento sobre a finalidade da SRM.

De acordo com a professora identificada como sendo A1, a SRM tem como objetivo:

Oferecer um apoio a criança com necessidade educacionais no contraturno com o intuito de contribuir com o seu ensino aprendizagem (Professora A1).

Enquanto a primeira professora fala somente do atendimento do aluno especial no contraturno, a professora A2 fala da importância da escola e família estarem caminhando juntas. Segundo esta professora a finalidade da SRM é:

Dar o apoio necessário ao aluno e ao professor. Incentivar a família a estar sempre presente na escola, para contribuir no processo ensino aprendizagem do seu filho (Professora A2).

Com base em suas respostas, vemos que as professoras sabem que estes alunos devem ser atendidos no contraturno escolar, ou seja, estudar em um horário na sala regular e no outro estudar na Sala de Recurso Multifuncional. Porém, não sabem a real finalidade desta sala que segundo o Decreto 7.611 de 17 de dezembro de 2011 devem ser executadas pelos professores do AEE na:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras (BRASIL. 2010, p. 8,9).

Percebemos com isso, que a parceria mútua entre professores do AEE e da sala de aula regular não está acontecendo na prática, pois o Decreto citado acima nos deixa claro que deve haver articulação entre estes profissionais além da orientação prestada aos professores regentes e pais de alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizado numa escola pública de Rio Branco contribuiu para a expansão do conhecimento do processo inclusivo, pois foram elencados assuntos relacionados ao conceito de educação especial na antiguidade, no Brasil e no Acre.

Possibilitou entender como funciona o atendimento educacional especializado na escola regular, a formação dos profissionais para atenderem estes alunos, a parceria existente entre família, escola, a parceria entre professor do AEE e do professor da sala regular com foco em estratégias de ensino e aprendizagem cognitivamente e socialmente.

Esclareceu que o funcionamento da sala de recursos multifuncionais segue a um cronograma de atendimento elaborado pelo professor do AEE para cada aluno de acordo com suas necessidades.

Os materiais disponíveis nestes espaços são poucos utilizados pelos discentes, pois a sala carece de materiais didáticos. Existindo o computador na sala, porém não existe internet, entre outros.

Dessa forma, as aulas ficam comprometidas prejudicando o processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a evasão.

Infelizmente foi identificado que muitos profissionais que estão no processo inclusivo não têm formação específica na área para atender a estes alunos, mas estão se qualificando com vistas a desempenhar bem o seu papel que é de suma importância para que o aluno possa ter autonomia em sua vida social.

Sabemos que é um processo que está em ascensão e exige cada vez mais dos profissionais da educação conhecimentos para lidar com as mais diversas necessidades e, para isso, a gestão também tem que está envolvida levando à sua equipe de trabalho e comunidade escolar, oficinas, palestras, cursos para que a prática de fato aconteça dentro do seio escolar e seus arredores, alcançando com isso, a sociedade em geral.

Apresentamos as reflexões geradas por meio da análise dos resultados, dando ênfase aos resultados obtidos. Indicamos as principais contribuições e recomendações para futuros estudos.

Com esta organização, procuramos apresentar os resultados deste trabalho de modo claro, abordando os referenciais teóricos que deram suporte a esta pesquisa, bem como, levando-os a uma reflexão da importância das salas de recursos multifuncionais no atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, nov., 2011 a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6253.htm Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**/Secretaria de Educação Especial - MEC, SEESP, 2001. 79p.

_____. Lei n.9.394, de 20 de dezembro 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 de jun. de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Orientação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817 Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Nota técnica nº. 4/ 2014, 23 de janeiro de 2014**. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 01 de set. 2015.

_____. **Resolução nº. 4 de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o

Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 555/2007, prorrogada pela portaria nº 948/2007, entregue ao ministro da educação em 07 de janeiro de 2008. **Brasília.** Disponível em: - <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2015.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e Suas Implicações.** 2. ed. rev. e atual. – Curitiba: Ibpx, 2009.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial** [livro eletrônico]. – Curitiba: Intersaberes, 2013.2mbs. PDF.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas 2008.

KELMAN, Celeste Azulay. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** Brasília: Ed. UnB, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

PAULON, Simoni Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48p.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

IDENTIFICAÇÃO

- 1) Formação:_____
- 2) Sexo: () feminino () masculino
- 3) Idade:_____
- 4) Há quanto tempo atua nesta área?
- 5) Quantos alunos atende na sua totalidade?

ATUAÇÃO DO DOCENTE QUE ATUA NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

- 1) De que forma é comprovado que o aluno precisa do atendimento educacional especializado?
- 2) De que forma é feito o encaminhamento de alunos quando identificado que ele precisa do atendimento ofertado na sala de recursos?
- 3) Fale sobre a formação recebida por você para atuar na sala de recurso multifuncional. Você acha que é suficiente?
- 4) Após a identificação do aluno, quais são os procedimentos adotados pelo professor do atendimento educacional especializado para que este aluno seja atendido?
- 5) Como funciona a organização do tempo destinado ao aluno neste ambiente de apoio?
- 6) Você identifica algum benefício ofertado nesta sala? Descreva-os.
- 7) Quais as maiores dificuldades apresentadas para a qualidade do trabalho na sala de recurso multifuncional?
- 8) Quais são os apoios destinados aos professores da educação especial atuantes do atendimento educacional especializado?

- 9) Fale sobre a parceria existente entre professor da sala de recursos multifuncionais e professor da sala de aula comum? Existe planejamento em conjunto? Descreva como ocorre esta parceria.
- 10) Em sua opinião, existe algo que pode ser melhorado para realização do atendimento?
- 11) Comente aqui o que você considera importante sobre o trabalho das salas multifuncionais e o processo de aprendizagem dos ANEE's que não foi elencado nas questões anteriores.

12) Obrigada por sua participação!
Naíde Caetano de Souza

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES REGENTES

IDENTIFICAÇÃO

- 6) Formação:_____
- 7) Sexo: () feminino () masculino
- 8) Idade:_____

- 9) Há quanto tempo atua nesta área?

- 10) Quantos alunos com necessidades educacionais especiais estudam na sua turma?

ATUAÇÃO DO DOCENTE COM ANEE'S

- 1. De que maneira você tomou conhecimento de que iria trabalhar com alunos com NEE's?
Escreva sobre sua reação.

- 2. Você já identificou algum aluno que precisou de atendimento educacional especializado em sua sala de aula? Conte-nos como foi. Quem você procurou para tratar da sua descoberta?

- 3. Em relação à pergunta anterior você acha que foi atendido da forma correta ou acha que deveria ter recebido outro tipo de apoio? Comente-os.

- 4. Em se tratando do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, quais são as dificuldades encontradas por você para a obtenção deste resultado?

- 5. Para você, qual (is) o(s) objetivo(s) das salas multifuncionais?

- 6. Você conhece a sala multifuncional de sua escola?

- 7. Você conhece o material existente na sala multifuncional que é disponibilizado para seus alunos? Se a resposta for NÃO, nos diga por quê?

8. Qual(is) a(s) parceria(s) existente(s) entre você (professore regente) e o professor da sala de recursos multifuncionais? Você está satisfeito ou insatisfeito? Comente.
9. Você já precisou da ajuda dos profissionais das salas multifuncionais? Fale como foi atendido e os resultados obtidos.
10. Qual a sua percepção sobre o atendimento da sala multifuncional para seus alunos? Atende os objetivos para a qual foi destinada?
11. Comente aqui o que você considera importante sobre o trabalho das salas multifuncionais e o processo de aprendizagem dos ANEE's que não foi elencado nas questões anteriores.

Obrigada por sua participação!
Naíde Caetano de Souza

ANEXO A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre Sala de Recursos Multifuncional e seu Funcionamento no Atendimento Educacional Especializado. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de Questionário.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como Questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (68) 9961-0243 ou no endereço eletrônico naide_caetano@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

ANEXO B - ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

_____ de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do (a) responsável pela instituição

ANEXO C - CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**